

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

**Destaques: Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco
ou o MME:**

O Globo

[Título: Luz de graça pode custar R\\$ 1 bilhão](#) 9

Folha de S. Paulo

[Título: Yunes nega ter atuado como intermediário; Temer não comenta](#) 11

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Não passa	2
Título: Ninguém paga a conta	2
Título: Pescadores ainda esperam indenização por vazamento	6
Título: Conversão de multas deve chegar a R\$ 3GG milhões	7
Título: Aço brasileiro é sobretaxado nos Estados Unidos desde 1991	8
Título: Luz de graça pode custar R\$ 1 bilhão	9
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	11
Título: Yunes nega ter atuado como intermediário; Temer não comenta	11
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	11
Título: Medidas no Congresso tentam ‘burlar’ controle de despesas	11
Título: Jirau pode ter de ‘levantar’ rodovia em Rondônia	13
VEÍCULO: Correio Braziliense	14
Título: O que é bom para os Estados Unidos...	14

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Lauro Jardim****Título: Não passa**

GOVERNO

A privatização da Eletrobrás virou uma espécie de reforma da Previdência de 2018. Assim como fez com a reforma, o governo exalta sua importância para o país e insiste que há chances de passar no Congresso o projeto de lei que privatiza a estatal. Quem conhece a alma dos parlamentares não aposta nem meio kW hora nesta história.

MEIO AMBIENTE

Pintou sujeira

A matriz energética brasileira caminha para ficar mais poluente. Os números oficiais são claros. Dos 203 empreendimentos em construção, 28% são de termelétricas e somente 14% de hidrelétricas. E quando se olham os 380 já outorgados, mas que ainda não iniciaram a construção, a coisa é ainda pior: 39,7% são de termelétricas, enquanto magros 8% são de hidrelétricas.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Danielle Nogueira****Título: Ninguém paga a conta**

Empresas envolvidas em desastres ambientais quitaram só 3,4% de R\$ 785 milhões em multas

Os recentes desastres ambientais protagonizados pelas multinacionais Hydro Alunorte e Anglo American — pouco mais de dois anos depois de o país viver a maior tragédia ambiental na área de mineração com o rompimento da barragem da Samarco, em Mariana (MG) — expõem as dificuldades de órgãos reguladores para fiscalizar e punir empresas que despejam poluentes na natureza. Levantamento feito pelo GLOBO junto ao Ibama e às secretarias de Meio Ambiente estaduais mostra que, desde novembro de 2015, quando aconteceu o acidente de Mariana, foram aplicadas multas de R\$ 784,9 milhões a essas três companhias, mas apenas 3,4% do valor foram pagos. Para

especialistas, a estrutura deficiente dos órgãos reguladores, as brechas na regulação e a morosidade da Justiça contribuem para a impunidade dos responsáveis e não estimulam ações para evitar a reincidência.

O pouco que foi pago veio da Samarco. Controlada pela Vale e pela australiana BHP, a empresa foi a mais multada no período. Foram 67 penalidades aplicadas pelo Ibama e pelos governos de Minas Gerais e do Espírito Santo, estados impactados pelo despejo de toneladas de rejeitos no Rio Doce com o rompimento de barragem que deixou 19 mortos. A empresa recorreu das multas e conseguiu anular cinco. Das 62 restantes, que somam R\$ 535,9 milhões, só uma começou a ser paga. Com valor original de R\$ 112,7 milhões (R\$ 134 milhões em valores atuais), foi parcelada em 60 vezes. Segundo a Samarco, foram quitadas a entrada e nove parcelas, totalizando R\$ 26,5 milhões.

Anglo e Hydro também recorreram de todos os autos de infração desde novembro de 2015 e nada pagaram até agora.

— Por que temos essa ineficiência? Parte da explicação está na precária estrutura dos órgãos ambientais para fazer a cobrança. Além disso, esgotadas as possibilidades de recursos administrativos, as empresas recorrem à Justiça, e aí esbarramos na morosidade do sistema Judiciário, que não é particularidade da esfera ambiental — avalia Fabricio Soler, sócio para a área de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Felsberg Advogados.

SAMARCO: ACORDO ADIADO 4 VEZES

Há três semanas, a Justiça prorrogou pela quarta vez o prazo para que a Samarco, suas controladoras e o Ministério Público Federal (MPF) fechem acordo para um plano de reparação. Enquanto a negociação não é concluída, as duas principais ações contra a empresa — uma movida pela União e pelos governos mineiro e capixaba, com pedido de um fundo de R\$ 20 bilhões para reparação de danos, e outra do MPF, que pede R\$ 155 bilhões — estão suspensas. Paralelamente, corre na Justiça processo criminal que acusa 22 executivos de Samarco, Vale, BHP e uma consultoria de homicídio com dolo eventual (quando se assume o risco de matar).

A Samarco diz que o pedido de prorrogação foi aceito em razão da relevância e complexidade do tema. "Samarco, Vale e BHP reiteram o compromisso com comunidades e locais impactados pelo rompimento da barragem de Fundão e apoiam o trabalho conduzido pela Fundação Renova (criada para reparar danos)"!

No caso da Anglo, foram 19 multas, somando R\$ 227,9 milhões. A maior parte ligada aos dois vazamentos ocorridos em março no mineroduto de 529 quilômetros (o maior do mundo) que liga Conceição do Mato Dentro (MG) ao Porto do Açu, em São João da Barra (RJ). Foram lançadas no meio ambiente 965 toneladas de polpa de minério, mistura de água e minério de ferro, afetando o abastecimento de água de Santo Antônio do Gramma (MG), onde ocorreram os vazamentos.

Apesar de a empresa afirmar que a substância não é tóxica, o Ibama lavrou cinco autos de infração (R\$ 72 milhões), "por poluição que pode resultar em danos à saúde humana e poluição hídrica que torna necessária a interrupção da captação e do abastecimento de água"! Já o governo mineiro aplicou multa de R\$ 125,6 milhões. Todas as outras penalidades impostas à Anglo pela Secretaria de Meio Ambiente de Minas nos dois anos anteriores também se referem ao projeto Minas-Rio, idealizado pelo empresário Eike Batista e comprado pela Anglo. Entre as infrações estão captação de água acima da licença e morte de peixes por poluição de químicos. Nada foi pago até agora.

Segundo a Anglo, o mineroduto ficará paralisado até o fim do ano por causa dos vazamentos, o que provocará redução de até US\$ 400 milhões na geração de caixa da empresa no país — cerca de 4% do resultado global de 2017. Quase 800 trabalhadores (cerca de 35% do projeto) estão em férias coletivas por 30 dias, período que será seguido de até cinco meses de layoff (contrato suspenso sem demissão). Mesmo assim, diz Rubens Fernandes, presidente da Anglo no Brasil, a empresa manteve planos de expansão.

— A gente foi pego de surpresa — admite o executivo, sem entrar em detalhes sobre as multas. — Não fugimos de obrigações legais.

Para o professor da Uerj Luiz Wanderley, que faz estudos na área de mineração, é preciso aumentar o rigor sobre os gestores das empresas que causam danos ambientais e estender a responsabilidade aos órgãos reguladores, que muitas vezes não fiscalizam ou concedem licenças frágeis. Na esfera administrativa, as multas costumam recair sobre as companhias. Já na esfera criminal, funcionários podem ser responsabilizados.

— O sucateamento dos órgãos ambientais é um problema central. Mas as falhas começam antes. Uma das hipóteses que explicam os desastres envolvendo a indústria extrativa é que estão ligados ao pós-boom de commodities, quando empresas tendem a reduzir gastos com segurança e meio ambiente — diz Wanderley.

Os preços das commodities começaram a subir em 2004, com avanço do crescimento da China, e passaram a recuar em 2011. Wanderley frisa que a

arrecadação de estados e municípios depende de grandes empresas, o que leva autoridades e, às vezes, até a população a evitarem a adoção de medidas duras, temendo queda da receita com impostos e desemprego.

O caso da Hydro Alunorte, em Barcarena, no Pará, mostra quão ineficiente é a aplicação das multas. A companhia refina bauxita e a transforma em alumina para a produção de alumínio. Em 2009, quando a norueguesa Hydro ainda não era sua controladora, houve transbordamento de lama tóxica, que teria causado a morte de peixes e comprometimento do abastecimento de água. O Ibama aplicou R\$ 17 milhões em multas na época, e a Secretaria de Meio Ambiente do Pará, outros R\$ 4,9 milhões, em valores atuais. Nada foi pago.

Em fevereiro, os dois órgãos voltaram a multar a empresa, num total de R\$ 21 milhões, por problemas no licenciamento ambiental e nível elevado dos depósitos de rejeitos, após denúncias de despejo de poluentes em rios. Os ministérios públicos Estadual e Federal acusam a empresa de usar tubulação clandestina para descartar água não tratada. Ação da Procuradoria Geral do Pará pede R\$ 150 milhões em ressarcimento por dano ambiental.

A Hydro Alunorte nega derramamento de rejeitos, mas admite que "foram identificadas algumas situações relativas ao descarte de águas de chuva, que foram comunicadas aos órgãos ambientais"! A empresa contesta laudo do Instituto Evandro Chagas que apontou substâncias tóxicas em rios próximos à sua refinaria, e diz que tem as licenças para operar ali. Ressaltou que, após as multas de 2009, "aumentou a capacidade do sistema de drenagem, melhorou o monitoramento da estação de tratamento de água e fortaleceu planos de preparação para emergências"

PARA IBAMA, CONVERSÃO É A SAÍDA

Hoje, quem paga multas ambientais à vista tem 30% de desconto, mas o estímulo não é suficiente para que as empresas quitem seus débitos. De acordo com o Ibama, apenas 5% do valor das multas aplicadas são honradas, e o dinheiro vai para o caixa do Tesouro Nacional. A instituição lavra R\$ 3 bilhões em autos de infração por ano, em média.

— A multa ambiental é quase uma ficção no Brasil — constata o procurador Ricardo Negri, integrante da força-tarefa que investiga o caso Hydro Alunorte.

Para o Ibama, o programa de conversão de multas em serviços ao meio ambiente, regulamentado em fevereiro, pode ser uma solução para as multas e uma oportunidade de o dinheiro ir de fato para ações ambientais. A empresa que aderir poderá obter redução de 35% a 60%, e os recursos serão convertidos em ações em prol da natureza. O prazo para adesão à primeira fase vai até

julho, e os recursos vão para a recuperação das bacias hidrográficas de São Francisco e Parnaíba.

A Secretaria de Meio Ambiente de Minas Gerais tem iniciativa semelhante. Acertou com Ministério Público e Justiça estadual no mês passado convênio que prevê conversão de multas não pagas em melhorias ambientais. Do passivo de R\$ 1,5 bilhão, cerca de R\$ 690 milhões podem ter essa solução. Sobre essa alternativa para quitar multas, a Anglo disse que "vai avaliar todas as opções previstas pela legislação". Já a Samarco argumentou que "há aspectos técnicos e jurídicos nas decisões (das multas) que precisam ser reavaliados". A Hydro Alunorte não opinou.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Danielle Nogueira

Título: Pescadores ainda esperam indenização por vazamento

Em quase duas décadas, Petrobras lançou mão de vários recursos

Quase duas décadas depois, dois acidentes ambientais envolvendo a Petrobras que marcaram o Rio ainda deixam rastros de impunidade. Em janeiro de 2000, o vazamento de 1,3 milhão de litros de óleo de um duto da Refinaria de Duque de Caxias (Reduc) formou uma mancha negra do tamanho de quase quatro campos de futebol na Baía de Guanabara. Com o impacto na fauna e flora marinhas, pescadores viram seu ganha-pão desaparecer da noite para o dia. Ao menos 12 mil atingidos ainda aguardam indenização, avaliada em R\$ 80 milhões em valores atuais.

A Petrobras também continua a brigar na Justiça e administrativamente com órgãos ambientais e com o Ministério Público para se livrar das penalidades pela explosão e afundamento da plataforma P-36, em março de 2001, no litoral norte fluminense. A disputa gira em torno de R\$ 875 milhões em valores de hoje. Na ocasião, 11 pessoas morreram e houve derramamento do diesel estocado na plataforma.

PESCADORES GANHARAM AÇÃO

O vazamento de 2000 foi considerado um dos mais graves desastres ambientais da América do Sul. A Petrobras quitou as multas do Ibama — pouco mais de R\$ 35 milhões — e investiu R\$ 250 milhões em 37 projetos, seguindo o Termo de Compromisso para Ajuste Ambiental. No entanto, deixou boa parte dos pescadores a ver navios.

A Federação dos Pescadores do Estado do Rio (Feperj) ajuizou ação contra a estatal, na qual pedia danos materiais, morais e lucro cessante por dez anos, tempo apontado para a recuperação do meio ambiente. A Justiça reconheceu o direito a indenização a 12.180 pescadores por 45 dias, tempo em que a pesca ficou suspensa na Baía. Mas a Petrobras questionou a legitimidade da Feperj.

— Assim, cada pescador tem que propor uma ação individual de execução, o que é inviável para muitos — diz Leonardo Antonelli, advogado da Feperj. Gilberto Alves, de 67 anos, é um dos que aguardam o dinheiro até hoje. Filho de pescador, seguiu os passos do pai na pesca do camarão.

— Após o acidente, tive que ficar meses pegando carona para pescar no oceano, porque meu barco é pequeno. Nunca recebi nada — lamenta.

Do ponto de vista criminal, apenas o operador do duto — que tinha o cargo mais baixo entre os executivos acusados na ação criminal movida pelo Ministério Público Federal — pagou uma pequena quantia (seis salários mínimos) para extinguir sua pena. Segundo procurador do caso, Renato Machado, os crimes dos demais acusados prescreveram após mais de dez anos de tramitação.

A Petrobras diz que "a lei prevê um prazo para que os pescadores cobrem individualmente pela indenização" e que "decorrido o prazo legal, a Feperj poderá executar a decisão coletivamente". A estatal afirmou ainda que a indenização não foi paga aos pescadores "porque a Feperj não aceitou os critérios para pagamento fixados" pela Justiça. Quanto ao caso da plataforma P-36, a estatal afirmou existirem três ações judiciais ambientais, além de multas. A empresa não provisionou (quando se faz uma reserva para eventual perda) qualquer valor para os processos. Não há ação criminal nesse caso.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor:

Título: Conversão de multas deve chegar a R\$ 3GG milhões

A Petrobras negocia com o Ibama a conversão da maior parte das multas ambientais não pagas em recursos para projetos ambientais. A estatal está entre as maiores devedoras do instituto, com cerca de R\$ 1 bilhão em penalidades sob questionamento. Cálculo preliminar do Ibama aponta que cerca de R\$ 300 milhões podem ser direcionados a projetos de proteção ao meio ambiente na primeira fase do programa de conversão, mais que o orçamento do órgão em 2017 (excluindo-se a folha de pagamento).

A Petrobras disse que "está analisando o valor final que será aplicado pela empresa com a adesão ao programa". Informou ainda que houve aprendizado com o acidente da P-36 e o vazamento da Baía da Guanabara. A empresa revisou "as diretrizes para projeto e construção de unidades marítimas" e implementou programas visando à redução de emissões, resíduos e efluentes. (Danielle Nogueira)

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Eliane Oliveira

Título: Aço brasileiro é sobretaxado nos Estados Unidos desde 1991

Tarifas, somadas, chegam a superar 100% em alguns produtos

-Brasília- A tarifa de 25% imposta às importações de aço, anunciada pelo governo americano e que levou o setor siderúrgico nacional a aceitar uma cota que reduz suas exportações para aquele país, é apenas um dos ataques protecionistas dos Estados Unidos que atingiram as indústrias siderúrgicas do Brasil. Desde o início dos anos 1990, categorias importantes de aço são sobretaxadas pelos EUA, algumas com alíquotas que, somadas, superam 100% sobre o valor do produto, segundo estudo do Instituto Aço Brasil.

— A economia tida como mais livre e mais aberta do mundo tem uma tradição de fechamento de seu mercado para o aço — afirma o presidente da entidade, Marco Polo Mello.

Usado na fabricação de arames, porcas, parafusos e rebites, o fio máquina tem duas categorias de sobretaxas desde 2001. Na importação pelos EUA há alíquotas de 74,45% a 94,73% por prática de dumping, quando o produto entra em um país com preço artificial, abaixo do valor médio praticado no mercado interno. Outra faixa, de 2,31% a 7,74%, é uma medida compensatória a subsídios que o governo brasileiro teria concedido, direta ou indiretamente, à siderurgia.

DUPLA PENALIDADE

Laminados a frio e a quente também sofrem dupla penalidade desde 2015. Largamente usados por fabricantes de automóveis, embalagens e produtos de linha branca (geladeiras, máquinas de lavar e fogão, principalmente), os aços laminados a frio, ao entrarem no mercado americano, são sobretaxados em até 35,43% com tarifas antidumping, e em 11,09% a 11,31% com alíquotas compensatórias. Já os laminados a quente, comprados pelas indústrias naval e

de máquinas e equipamentos, têm sobretaxas de até 35,43% (antidumping) e 11,30% (compensatórias).

Resistentes a altas temperaturas e usadas, principalmente, pela indústria metalúrgica, as barras de aço inoxidável são tributadas, desde 1993, em até 19,43% por prática de dumping. Chapas grossas cortadas, presentes em diversos setores, como as indústrias naval, energética, de gás e óleo, são taxadas em 74,52%.

SOBRAM MILHÕES DE TONELADAS

Já os tubos com costura têm uma tarifa antidumping de 103,38%. São usados na condução de substâncias líquidas, gasosas e pastosas. Estão presentes em redes de água, esgoto e em equipamentos de combate a incêndio.

Os produtos siderúrgicos estão sempre na mira do governo americano com medidas antidumping, cotas e salvaguardas, afirma Mello. Porém, lembra ele, o aço brasileiro não é o único que sofre ataques protecionistas. É um dos produtos mais tributados do mundo, alvo de um terço das ações de defesa comercial em vigor. A China lidera o ranking com 176 medidas, seguida por Coreia (67) e Taiwan (42). O Brasil está em 10º lugar, com 16 medidas.

Estima-se que existam no mundo 780 milhões de toneladas de excedente de capacidade instalada de aço. Desse total, mais de 400 milhões estão na China. Não são apenas os siderúrgicos chineses que entrarão em menor quantidade nos EUA. Outros países também vão diminuir suas exportações para os americanos. O que sobrar terá de ir a outros mercados, incluindo o Brasil.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor:

Título: Luz de graça pode custar R\$ 1 bilhão

Para Aneel, mudança na MP da venda da Eletrobrás vai onerar consumidores

-Brasília- A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) reforçou suas críticas às alterações no texto da Medida Provisória 814, que trata da privatização da Eletrobrás, por considerar que haverá aumento da conta de luz no país. Em ofício enviado a alguns parlamentares, na última sexta-feira, a agência destaca que uma das mudanças, que diz respeito à criação de uma faixa de gratuidade de 80 quilowatts-hora (kWh) para todas as famílias beneficiadas com a tarifa social, terá impacto de cerca de R\$ 1 bilhão, subsídio que precisaria ser dividido entre os consumidores.

Hoje, o programa prevê descontos de acordo com o consumo. A tarifa social, mais baixa e calculada de acordo com a concessionária, vale para quem consome até 200 kwh de energia e está inscrito nos programas sociais do governo, como o Bolsa Família. A ideia é criar uma faixa com custo zero para esse consumidor de baixa renda.

No documento, a agência avalia ser possível a criação de uma faixa de gratuidade de até 50 quilowatts-hora por mês. Esse número é menor do que o sugerido pelo relator da MP, deputado Julio Lopes (PP-RJ), que é a adoção de uma faixa de 80 kWh.

"Para haver equilíbrio do orçamento, a gratuidade deveria ser limitada a 50 kWh, mantido o critério atual de concessão do benefício. Para se elevar a gratuidade para 80 kWh, o critério para o benefício deveria ser o Bolsa Família, que representa 70% das famílias atualmente alcançadas pela tarifa social", afirmou a Aneel.

O projeto de conversão deve ser apreciado no início da semana que vem, por uma comissão especial do Congresso. Em seguida, será votado na Câmara e no Senado.

Procurado, Julio Lopes assegurou que seu objetivo é dar ao sistema mais controle e transparência. Disse que seu relatório foi construído para dar segurança jurídica e previsibilidade ao setor no Brasil: — Vamos produzir um resultado bastante significativo de modicidade tarifária. Vamos simplificar e melhorar o sistema.

GOVERNO QUER REDUZIR BENEFÍCIO

Enquanto isso, o governo colocou em consulta pública, também na sexta-feira, estudos com propostas para reduzir a tarifa social, que dá descontos na conta de luz a famílias de baixa renda. A proposta faz parte de um conjunto de medidas para diminuir o custo na conta de luz, que são contabilizados na Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). O texto, elaborado por um grupo de trabalho coordenado pelo **Ministério de Minas e Energia**, ficará em consulta para possíveis colaborações até 23 de maio. A proposta definitiva deverá ser divulgada em meados de junho.

Além das famílias de baixa renda, têm direito aos descontos termelétricas, produtores rurais, companhias de água e esgoto e indústrias de energia renováveis. Pela proposta, esses segmentos beneficiados passariam a ter direito a um desconto menor. No caso das famílias de baixa renda, a ideia é limitar o benefício aos inscritos no Bolsa Família. (Eliane Oliveira e Geralda Doca)

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Poder****Autor:****Título: Yunes nega ter atuado como intermediário; Temer não comenta**

O advogado de Yunes, José Luís de Oliveira Lima, afirmou em nota que seu cliente, "com mais de 50 anos de advocacia, jamais se prestou a desempenhar o papel de intermediário".

"Quanto às afirmações de Lúcio Funaro, o seu histórico demonstra que sua fala não merece qualquer credibilidade", acrescentou.

O advogado de Temer, Brian Alves Prado, afirmou que a defesa do presidente não teve acesso ao depoimento e que, por isso, não poderá se pronunciar sobre o assunto.

O inquérito sobre repasses da Odebrecht ao MDB acertados no Jaburu investiga se o dinheiro seria contrapartida ao atendimento dos interesses da empreiteira pela Secretaria da Aviação Civil —pasta ocupada por Padilha e **Moreira Franco** entre 2013 e 2015. Os dois, além de Temer, são investigados.

Em fevereiro do ano passado, Temer afirmou em nota que pediu "auxílio formal e oficial" à Odebrecht na campanha de 2014, mas ressaltou que não autorizou ou solicitou que "nada fosse feito sem amparo nas regras da Lei Eleitoral".

A Folha não localizou representantes da Transnacional.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Anne Warth e Idiana Tomazetti / Brasília****Título: Medidas no Congresso tentam 'burlar' controle de despesas**

Projetos criam fundos que ficariam fora do Orçamento e, portanto, não estariam sujeitos ao teto de gastos

A restrição imposta pelo teto de gastos tem encorajado o Congresso a dar aval a soluções consideradas como precedente perigoso na criação de "válvulas de escape" ao limite de despesas, na avaliação de técnicos que monitoram as contas públicas.

Um dos exemplos disso é a medida provisória (MP) 809, que cria um fundo privado para receber o dinheiro da arrecadação de compensações ambientais, que poderá ser usado pelo ICMBio nas unidades de conservação. Em outro exemplo, o relator do projeto de privatização da Eletrobrás, José Carlos Aleluia

(DEM-BA), incluiu no texto a criação de uma estrutura fora do Orçamento para aplicar recursos na revitalização da Bacia Rio São Francisco.

Fontes ouvidas pelo Estadão/Broadcast avaliam que as iniciativas são forma clara de burlar o Orçamento, especificamente o teto de gastos. No caso do ICMBio, o texto foi aprovado pela Câmara e está na pauta de terça-feira do Senado. Se aprovado, vai à sanção presidencial.

Os parlamentares que formaram a comissão mista dedicada a debater a MP 809 admitem a intenção de burlar o teto. "Por conta da Emenda Constitucional 95, que estabelece limite de gasto, por conta de um parecer do Tribunal de Contas da União, estamos impedidos de usar quase R\$ 1,5 bilhão de compensação ambiental", disse o senador Jorge Viana (PT-AC), relator da MP na comissão.

O problema, dizem técnicos, não está no objetivo da política, mas no precedente criado para que o Congresso tente apartar outras receitas e despesas, à medida que o teto imponha restrições maiores. O temor é que a MP abra o caminho para a criação de "orçamentos paralelos".

É justamente esse movimento que está acontecendo no projeto de lei da privatização da Eletrobrás. A proposta enviada pelo governo ao Congresso propõe que a companhia destine R\$ 9 bilhões ao longo de 30 anos para a revitalização da Bacia do São Francisco, sendo R\$ 350 milhões anuais nos 15 primeiros anos e R\$ 250 milhões anuais nos últimos 15.

Aleluia quer garantir que esse dinheiro não passe pelo Orçamento, para não ficar sujeito a contingenciamentos e cortes. Uma possibilidade é a criação de uma fundação, a exemplo da Renova, criada para reparar os danos do rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG), em 2015.

O deputado nega que essa seja uma forma de driblar o teto de gastos. "Trata-se de dinheiro privado, e seria uma fundação de direito privado. Teto de gastos só se aplica a gasto público."

O Ministério do Planejamento, que assinou a MP 809 com o Ministério do Meio Ambiente, nega que haja brecha para burlar o limite constitucional. Segundo a pasta, apenas receitas de caráter privado podem ser direcionadas para um fundo à parte, fora do teto de gastos.

O Ministério do Meio Ambiente também negou que a criação do fundo seja uma forma de burlar o teto. Procurado, o Tesouro não comentou, por se tratar de medida ainda em tramitação.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: André Borges / Brasília****Título: Jirau pode ter de 'levantar' rodovia em Rondônia**

Agência diz que reservatório da hidrelétrica provoca inundações na região, inviabilizando a utilização de longo trecho da BR-364

As polêmicas relacionadas às hidrelétricas do Rio Madeira parecem não ter fim. A Agência Nacional de Águas (ANA) determinou que a concessionária Energia Sustentável do Brasil (ESBR), dona da Usina de Jirau, em Porto Velho, faça uma obra de elevação em uma extensão de 29 quilômetros do traçado da BR-364, estrada que corta todo o Estado de Rondônia, por causa das inundações que o reservatório da hidrelétrica tem causado na região em épocas de cheia (veja detalhes ao lado).

Além disso, a agência exigiu que a empresa realoque toda a população do município de Abunã, na fronteira do Brasil com a Bolívia, onde vivem cerca de 1,7 mil pessoas, por causa das enchentes.

A ESBR foi a Portugal para provar que não tem nada a ver com esses problemas e que seu reservatório não apresenta riscos à população. Em abril, a empresa entregou um relatório do Departamento de Hidráulica e Ambiente do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), de Lisboa, que pede que novos estudos de remanso do lago sejam feitos.

A origem de toda polêmica foram as cheias históricas de 2014, que deixaram boa parte das casas de Abunã e de boa parte da população que vive acima da barragem de Jirau embaixo d'água. Na ocasião, a BR-364 também submergiu, deixando o Acre isolado do resto do País.

As estimativas históricas mostram que as cheias foram algumas das piores dos últimos 300 anos. A ESBR afirma que, de 2014 para cá, não ocorreram novas inundações e obras complementares já foram feitas.

A ANA, no entanto, declara que, no ano passado, os problemas só não voltaram a ocorrer porque a usina baixou o nível de água de seu reservatório, deixando de operar em sua capacidade máxima. Caso contrário, ela teria voltado a causar inundações nessas regiões.

Custos. Ninguém tem estimativa sobre os custos totais que teriam essas intervenções, limitando-se a mencionar algumas centenas de milhões de reais. "O fato concreto é que, depois de a usina pronta, viu-se que os estudos da ESBR

subestimaram as cheias na região. A empresa não executou as medidas de proteção que deveria", diz Patrick Thadeu Thomas, superintendente adjunto de regulação da ANA. "Para o ano que vem, no período de cheias, de dezembro a março, temos uma chance maior que 50% de essas inundações ocorrerem novamente."

No fim do ano passado, a ANA chegou a autuar a ESBR pela recusa em realizar as obras e ameaçou embargar a hidrelétrica. Foi quando a concessionária deixou o embate administrativo e partiu para um processo na Justiça contra a agência. "Tivemos de nos proteger. Não concordamos com a análise técnica da agência", diz Paula Barcellos, diretora jurídica da ESBR.

Segundo a ANA, os próprios estudos da ESBR mostram a necessidade de novas obras na estrada e remoção de Abunã. A empresa, porém, alega que realizou um novo relatório no ano passado comprovando que seu reservatório não tem culpa nenhuma pelas inundações. "Os dados superestimados tiveram impacto direto no incremento do porte e da necessidade de implantação das medidas estruturais determinadas pela ANA sem a correlata necessidade verificada", declarou a empresa, em nota.

Impasse. A agência reguladora afirma que o compromisso da concessionária é manter a segurança e integridade de pessoas que vivem na região. A ESBR, porém, sustenta que "as novas medidas de infraestrutura impostas pela ANA são recentes e nunca estiveram contempladas nos estudos iniciais do projeto, edital de licitação, licenciamentos e autorizações concedidas ao empreendimento".

Segundo Thomas, já foram realizados 14 pareceres técnicos pela agência para avaliar o caso. "Tudo já foi exaustivamente comprovado", afirma. A ESBR, no entanto, aguarda nova análise, mas da Justiça. "No contexto atual, quem vai avaliar o estudo de remanso é o perito indicado pelo juiz, porém acreditamos ser possível reabrir o diálogo com a nova diretoria da ANA, principalmente com as informações que constam na avaliação realizada pelo LNEC."

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Política

Autor: Denise Rothenburg

Título: O que é bom para os Estados Unidos...

O governo terá dificuldades em conseguir privatizar a Eletrobrás. É que muitos políticos, inclusive da base governista, se preparam para cobrar o fato de que, nos Estados Unidos, as hidrelétricas estão nas mãos dos militares, consideradas áreas estratégicas.

MME / ASCOM .